

# Questões fronteiriças: Florianópolis e Olivença, duas faces da mesma moeda

Milton Luz da Conceição 

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: milton.conceicao@ufsc.br

<https://doi.org/10.47235/rmu.v8i1.88>

Submetido em 1 de julho de 2019. Aceito em 27 de fevereiro de 2020.

---

**Resumo.** Identificar nas cidades de Olivença (Espanha) e na cidade de Florianópolis (Brasil), marcas da disputa entre lusos e castelhanos para marcar fronteiras ibéricas ou pelo controle da costa sul atlântica meridional da América é o primeiro objetivo deste artigo. As citadas cidades serão moedas de troca em Tratados numa das muitas tentativas de solução para estes conflitos. As estruturas urbanas de defesa construídas em ambos espaços em meados do sec. XVIII, marcaram o território. A pretendida reconstrução busca no espaço urbano atual de Florianópolis e Olivença (em português) as marcas denunciadoras da luta entre ibéricos na premência de satisfazer suas necessidades e desejos. As fronteiras portuguesas mais ameaçadas por invasões, neste período, são a fronteira ao sul da colônia Brasil e a fronteira ibérica sueste a margem do rio Guadiana, o inimigo era comum em ambas: os Castelhanos. Assim, na primeira metade do século XVIII o reforço militar nestas duas fronteiras, tão distantes fisicamente, mas tão próximas na sua vulnerabilidade, foi uma constante. Afirmar que a Ilha de Santa Catarina e a região Ibérica onde se situa Olivença não guardam nenhuma semelhança física, geográfica ou social é afirmar o obvio. Mas podemos refletir a respeito da materialidade advinda dos episódios históricos.

**Palavras-chave.** fronteiras, arquitetura de defesa, território, evolução urbana.

---

## Introdução

As cidades surgem como espaços únicos, suas coletividades sob suas origens específicas assumem diversas formas. Pensar a evolução territorial até nossos dias, requer a identificação dos agentes transformadores presentes no processo.

A percepção destes agentes dentro do permanente processo de transformação, é possível sob diversas perspectivas; “espacializando a narrativa histórica” para Soja (1993); dentro de um “materialismo Histórico e Geográfico” tentando estabelecer uma dialética, tempo, espaço, homem, é a sugestão de Santos (1994).

A reconstrução histórica, examinando os sinais deixados no espaço, é a opção que fizemos para identificar nas cidades de Olivença na Espanha e na cidade de Florianópolis, Ilha de Santa Catarina sul de Brasil, marcas da disputa entre lusos e

castelhanos para marcar fronteiras ibéricas e pelo controle da costa sul atlântica meridional da América.

As citadas cidades são faces da mesma moeda nos muitos Tratados celebrados entre portugueses e espanhóis em tentativas de solução para este conflito. Destaque para o Tratado de Madri (1750), o de El Pardo (1761) e o Tratado de Santo Ildelfonso (1777). Este último é o que devolve a Ilha de Santa Catarina invadida pelos espanhóis. Já Olivença, somente será incorporada ao território espanhol em 1801 no Tratado de Badajoz, questionado até os dias atuais. Como visto a disputa de fronteiras entre portugueses e espanhóis envolve estes dois territórios, tão distantes, nas mesmas disputas. As estruturas urbanas de defesa construídas em ambos espaços urbanos, neste período, ficaram como marcos influenciando no processo de evolução urbana que se seguiu.

A pretendida reconstrução busca no espaço urbano atual de Florianópolis e Olivença as marcas denunciadoras da luta entre ibéricos na premência de satisfazer suas necessidades e desejos. Na economia, na política, e nas artes encontramos estes agentes transformadores. Nas fronteiras encontramos o espaço físico do confronto entre estas necessidades e desejos.

A fronteira. Espaço de significados variados. De uma linha imaginária a uma região na qual se inseriam conflitos, interesses, construções, trânsitos que deram a tônica definidora da soberania dos Estados Modernos. Em territórios fronteiriços, especialmente quando se aborda o continente americano, pode se conjecturar que diversas relações, caminhos, idas e vindas foram feitos sem se chegar a um denominador comum acerca do que pertencia a um determinado Estado e do que pertencia a outro. (Acruche, 2014, p. 68).

A ocupação da Ilha de Santa Catarina, território que abriga a cidade de Florianópolis (Brasil), data do século XVII. Esta ocupação é impulsionada a partir de meados do século XVIII por interesses da Coroa Portuguesa. Esta ilha é o ponto mais propício para defesa da costa sul frente aos Castelhanos na acirrada disputa pela foz do Rio da Prata.

A presença de um assentamento humano no espaço onde hoje se encontra a cidade de Olivença, Província de Badajoz (Espanha), data de meados do século XIII, portanto posterior à reconquista. O que lhe nega uma origem árabe e a remete a uma origem templário.<sup>1</sup> Com um posicionamento territorial incomum esta localidade sempre esteve no epicentro de disputas fronteiriças, primeiro na divisa hispano-muçulmana e posteriormente na questão entre portugueses e espanhóis que permanece até os dias atuais.

Em uma aproximação inicial podemos dizer que a geografia física coloca ambos os territórios, a ilha de Santa Catarina e a cidade de Olivença, em posição estratégica para os avanços e recuos das opções bélicas tomadas por portugueses e castelhanos na disputa fronteiriça ibérica e na conquista da costa meridional sul atlântica. Espaços distintos em um mesmo tempo e em uma mesma disputa.

Os Tratados Internacionais resultantes do entendimento diplomático entre as partes envolvidas resultam em trocas territoriais que são agentes de transformação urbana proporcionadores de comparação entre estes dois pedaços do mundo separados por 10.000 km, e que a historiografia em geral esquece que são partes de um mesmo conflito.<sup>2</sup>

### As fronteiras lusas- hispanicas<sup>3</sup>

A costa sul-atlântica meridional da América, território em que se insere a ilha de Santa Catarina, será terra de ninguém até meados do século XVIII. Reafirmamos o dito em Rodrigo Ceballos (2007), para melhor entender este pedaço do mundo onde várias forças disputavam um intenso comércio.

Em 1658, após três meses de viagem em uma embarcação espanhola, o francês Acarete du Biscay chegou a embocadura do Rio da Prata. Logo em sua entrada, a nave foi ameaçadoramente recepcionada por uma fragata francesa, mas nada que impedisse sua chegada ao destino final: a cidade de Santissima Trindad y Puerto de Santa Maria de los Buenos Aires.

Próximo ao porto este viajante ilegal, trazido como “primo” do capitão do navio, avistou duas embarcações inglesas e vinte e duas holandesas desembarcando mercadorias semelhantes a que eles também traziam - roupas de linho, tecidos de seda e lã, especiarias, agulhas, espadas, ferramentas - e, especialmente alguns escravos vindos de Angola. As embarcações inglesas regressavam ao Oceano Atlântico carregando, couro, lã e prata. (Ceballos, 2008, p. 1).

A imprecisão do controle sobre este território, favorecida pela ausência, ainda a este tempo, dos Estados/Nação, serviu a vários interesses, sendo que o econômico sempre se sobrepôs a qualquer outro até o século XVIII. Neste período, Ingleses, Franceses, Holandeses, Russos e Angolanos disputavam estes mares com as Coroas Ibéricas que se presumiam soberanas. A união destas Coroas (União Ibérica - 1580 a 1645) teve a importância de consolidar as relações entre lusos e hispânicos no comércio de couros, sebo e lãs em troca da prata extraída das minas de Potosí, estas rotas

tinham a primazia dos portugueses até o final da dita União.

A importância estratégica da fronteira e os conflitos que ao longo dos séculos XIV e XV opuseram portugueses e castelhanos, fazem de Olivença protagonista frequente de episódios históricos trocando de mãos de tempos em tempos. Como exemplo, após a morte do monarca D. Fernando a 22 de outubro de 1383, Olivença passa à pertencer ao reino de Castela voltando a ser Portuguesa em 29 de novembro de 1389.

Assim podemos reafirmar que tanto a ilha de Santa Catarina, na costa sul do Brasil desde a chegada dos ibéricos, como a região conhecida por “*Llanos de Olivenza*” na província de Badajoz na Espanha, serão territórios alvo de intensas disputas fronteiriças entre portugueses e espanhóis.

A importância da ilha de Santa Catarina como último ponto seguro de parada e abastecimento a quem avança ao Prata é lembrada por Oliveira Jr. (2005, p.2):

Situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a Região do Prata, e por ser o último porto apropriado para reparo e abastecimento de água e alimentos de navios, esta Ilha consistia em parada obrigatória dos navegadores que se destinavam à Região Platina. Tornou-se, assim, cobiçada por espanhóis e portugueses, que passaram a revezar-se no seu uso até o século XVIII.

Esta posição geoestratégica na questão da fronteira luso-castelhana nos mares do Sul se equivale, na extensão do mesmo conflito, ao papel jogado pelo território de Llanos de Olivenza e seu principal assentamento, Olivença, na conflitiva fronteira Ibérica. No dizer de Gomez, (2005, p. 201)

La importancia estratégica en la que había quedado Olivenza [...] e convierte en factor morfológico dominante sobre cualquier otro de influencia en el paisaje arquitectónico – urbanístico. Desde fines del siglo XIII y durante siglos, Olivenza dependerá vitalmente de sus defensas y su historia quedará indisolublemente unida a aquéllas.

Até 1801 a importância estratégica de Olivença está intimamente conectada com o

acesso à *Ponte da Ajuda*, elemento urbano mais periférico sobre o rio Guadiana.

### **Olivença no século XVIII**

O século XVIII representa para Olivença o princípio do fim de sua etapa Portuguesa. Se existe um fato que marque este início é sem dúvida o fechamento da ponte da Ajuda pelo Marques de Bay em 1709 trazendo danos irreparáveis ao futuro da cidade. Sem a passagem sobre o Guadiana Olivença fica isolada e condenada a sua própria sorte.

No começo desse período a cidade contava com cerca de 10.000 habitantes (Siqueira, 1944) população que vai se reduzindo com o passar dos anos devido a seu isolamento. Assim em 1739 a população já havia se reduzido significativamente a 6681 habitantes. No meio do mesmo século encontramos 5.500 pessoas nesta localidade e em 1758, segundo Teodoro (1993), 4.370 almas.

Na segunda metade do século XVIII espanhóis das mais diversas origens começam a chegar a região atraídos pela riqueza de seus campos e a abundância de água, assim, se verifica um aumento demográfico para 7600 habitantes segundo o censo de 1790.

Os acontecimentos bélicos que envolvem Portugal e Espanha nos séculos XVII e XVIII, induziram um reforço de construções militares para melhorar a segurança do enclave.

### **A Ilha de Santa Catarina no século XVIII**

O processo de ocupação da ilha de Santa Catarina só acontecerá um século e meio depois da chegada dos Portugueses ao Brasil. Porém a fundação de um primeiro núcleo (1673) não significa o início de uma ocupação imediata de todo o território. Neste caso específico o primeiro núcleo é o enclave de Nossa Senhora do Desterro totalmente incendiado e destruído por um ataque pirata 30 anos depois de sua instalação.

Somente será reconstruída em 1714 como “Cidade Real”, como era chamada a vila criada por ordens expressas do Rei em pontos estratégicos do território, ficando seus cidadãos subordinados diretamente à “Coroa” como nos ensina Ribeiro (1994, p. 195)

As cidades e vilas da rede colonial, correspondentes a civilização agrária, eram, essencialmente, centros de

dominação colonial, criados muitas vezes, por atos expressos da Coroa para defesa da costa, como Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, Belém, Florianópolis e outras.

Por ordens expressas da Coroa Portuguesa em 1738 se nomeia o Brigadeiro José da Silva Paes com a missão de organizar política e administrativamente o que seria a futura Província de Santa Catarina. Seguindo a política de colonização as duas primeiras ações do militar são: Construir um sistema de fortalezas para defesa da costa; organizar a criação de vários núcleos ao longo da costa da ilha como defesa e para consolidar sua ocupação.

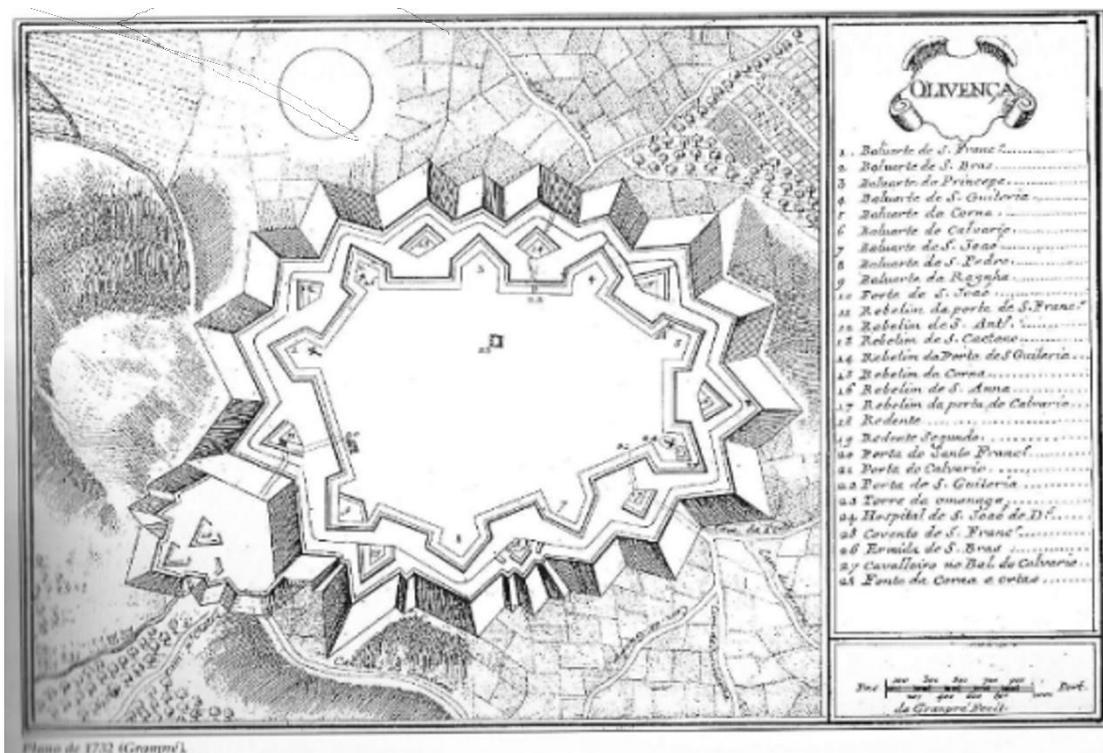
O envio de colonos para viabilizar o projeto começa a partir de 1748 quando aportam na ilha as primeiras 50 primeiras famílias oriundas do arquipélago dos Açores. Em 1749 mais 47 famílias Açorianas, entre 1750 e 1753 mais 4.000 colonos reforçam o contingente que se completará com 600 pessoas chegadas da ilha da Madeira em 1756.

Como visto a preocupação com a defesa da Ilha se intensifica no século XVIII coincidindo com a conquista da Costa Sul Atlântica da América e a obsessão dos Ibéricos pela foz do Prata. Esta corrida ao Rio da Prata tem por motivação a cobiça aguçada pelo mapa de 1515 do geógrafo alemão Johannes Schöner que acabava a América do Sul na altura do atual Uruguai apontando a existência de uma fenda, levando direto a Potosí e a prata Peruana. Goes Filho (2004).

### A fortificação Portuguesa das fronteiras em perigo

As fronteiras portuguesas mais ameaçadas por invasões, a partir da metade do século XVIII, são a fronteira ao sul da colônia Brasil e a fronteira ibérica sueste a margem do rio Guadiana, o inimigo era comum em ambas: os Castelhanos.

Assim, na primeira metade do século XVIII, período que coincide com o reinado de D. João V, o Magnânimo, o reforço militar nestas duas fronteiras, tão distantes fisicamente, mas tão próximas na sua vulnerabilidade, foi uma constante.



**Figura 1.** Plano de defesa de Olivença 1732 Fonte: Pizarro Gomez, 2005.

Em Olivença o já citado fechamento da Ponte da Ajuda (1709) e seu isolamento a esquerda do Guadiana suscitava serias preocupações quanto a manutenção deste território. O

reforço e remodelação das defesas portuguesas neste enclave tornam-se prioridade junto a Coroa Portuguesa. Entre as reformas mais importantes está o Plano

Granpré de 1732 (Figura 1) no sistema abaluartado existente. Registradas nesse período estão: 1) A construção de uma cavalaria junto ao forte São João de Deus, forte este já existente desde o século anterior. 2) A construção de um novo e reforçado portal para a cidade em sua saída à Portugal, Porta do Calvário. 3) E finalmente com intenção de reforçar a segurança pelo acesso sudeste da cidade reforçasse à porta de São Francisco e se constrói o forte São Joao. Outras reformas acontecerão dentro de Olivença e vão se limitar ao reforço dos nove baluartes que compõem o recinto amuralhado.

A forte conexão que une Estado e Igreja no Patronato Régio Português também se fazem presentes na Colônia. O fato de em Olivença as construções militares estarem conectadas física e politicamente a construções religiosas se repete da mesma forma na Ilha de Santa Catarina.

O envio do já citado engenheiro militar Brigadeiro Jose da Silva Paes em 1738, tinha como objetivo organizar a colonização da ilha e construir um sistema militar de defesa. Em dez anos o trabalho iniciado por Silva Paes e continuado por seus sucessores resulta em seis núcleos fundados na ilha e mais três no continente próximo. A fundação dos núcleos é comandada diretamente do núcleo central. Segundo reza a “Provisão Régia” de Nove de agosto de 1747 sua organização é composta por um vigário, alguns soldados, e os colonos, ao chegar ao local escolhido à primeira construção deverá ser a Igreja com seu rocio frontal. Ademais, da morfologia da ocupação territorial da ilha de Santa Catarina, chama a atenção os projetos, as técnicas e os materiais empregados na construção das fortificações e igrejas. Este conjunto Forte/Igreja vai nortear a formação da paisagem urbana, e mesmo hoje, após

perder parte de sua importância como referência tanto no plano político-social como no urbano ainda permanecem como marcas simbólicas do processo de colonização. A arquitetura e o processo construtivo destes edifícios indicam uma recomposição histórica com vistas ao conhecimento destas estruturas urbanas e dos agentes de transformação que sobre ela operaram durante os últimos trezentos anos. Foram os Açorianos e Madeirenses os colonos escolhidos pela Coroa Portuguesa para programar a empreitada de Silva Paes. A influência da cultura lusa- açoriana na arquitetura destes edifícios aparece principalmente no “frontão” e na fachada, porém, mais na forma que na estrutura ou nos materiais a serem utilizados. Esta cultura está impregnada da estética dos jesuítas em sua composição de influência “maneirista” numa interpretação livre de seus arquitetos, mestres artifices e construtores. A mesma influência é percebida em seus interiores, nas decorações de púlpitos e altares na ingenuidade de suas pinturas como na simplicidade das plantas. Essa espontaneidade em parte determinada pelos materiais disponíveis e o clima, apontam ainda a uma livre adaptação de modelos europeus.

Sob a invocação de Nossa Senhora das Necessidades e o comando de Jose da Silva Paes em 1750 se inaugura a igreja, elemento central da freguesia de Santo Antônio de Lisboa, ao norte da costa oeste, criada pela Provisão Régia de 26 de outubro de 1751. Esta fundação é de vital importância como apoio aos fortes de São José da Ponta Grossa (1740) distante cinco quilômetros ao norte da freguesia e ao forte de Santo Antônio localizado em uma pequena ilha (Ratões Grande) em frente a freguesia.



**Figura 2.** A esquerda igreja de N.S. das Necessidades e a direita o Forte de Santo Antônio (fonte: IHGSC, s.d. ).

Na segunda metade do século XVIII a colonização já está consolidada com a elevação, à categoria de vila, do núcleo central Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e a fundação de núcleos fortificados em pontos estratégicos do território. A partir daí a população local, de 9.200 almas em toda a ilha, passam a ter uma única preocupação, a eminente invasão espanhola que será levada a efeito em fevereiro de 1777.

O último feito diplomático do reinado de João V de Portugal foi o Tratado de Madrid de 1750, que cruzou os tratados e acordos posteriores, estabelecendo as modernas fronteiras do sul do Brasil relaxando em parte as tensões fronteiriças. Com sua morte (1750) sobe ao trono português seu filho D. Jose I.

### Os sistemas de defesa e suas construções

Afirmar que a Ilha de Santa Catarina e a região Ibérica onde se situa Olivença não guardam nenhuma semelhança física, geográfica ou social é afirmar o óbvio. Mas sob o aspecto da materialidade advinda dos episódios históricos da formação de ambos os territórios podemos refletir a respeito. Afinal, as construções defensivas são feitas pelo mesmo povo, o Português, em territórios distintos, no mesmo período, a primeira metade do século XVIII, com ambas populações em torno de 9.000 pessoas e com o mesmo objetivo, a defesa de fronteiras estratégicas. Estratégicas porque um elemento natural proporciona esta situação

geográfica especial a estes espaços: o rio Guadiana a Olivença e o Oceano Atlântico a Ilha de Santa Catarina.

Num primeiro levantamento destas construções chamou a atenção o esmero dado as portas e sua simbologia. Apresentamos a “Porta do Calvário” em Olivença ao lado da porta de Anhato-Mirim na fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Santa Catarina. (Figura 3).

A Porta do Calvário junto ao baluarte do Calvário apesar de datar de tempos mais remotos, recebe reforma completa e sua aparência atual por volta de 1735, ao mesmo tempo (1739) na ilha de Santa Catarina se construía junto a Fortaleza de Santa Cruz a porta de Anhato Mirim. Ambas sob a inspiração da arquitetura militar portuguesa em latitudes tão diversas, executadas por distintos comandantes militares, mas com objetivos similares. A tradição lusitana em construções militares se consolida através do lisboeta Luis de Pimentel (1613-1679), que difundiu o sistema abaluartado em Portugal e colônias através de sua publicação de 1680 “Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares & irregulares” revelando toda a influência exercida da arquitetura militar holandesa sobre os engenheiros militares portugueses, também destaca-se na adaptação destas teorias a pratica nas batalhas do sec. XVIII o inglês Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe o conde de Lippe que comandou o exército português de 1762 até sua morte em 1777.



**Figura 3.** A esquerda Porta de Anhato- Mirim a direita Porta do Calvário (fonte: esquerda: IHGSC, s.d.; direita: Sanchez Garcia e Limpo Piriz, 1994).

Seguindo em busca de vestígios de construções datando da primeira metade do século XVIII nos territórios em estudo vamos nos deparar com as fortalezas da Ilha de Santa Catarina e igualmente a reforma dos

baluartes protetores do recinto Oliventino e a construção do forte de São João.

Os fortes abaluartados, símbolo da arquitetura militar portuguesa, se faz presente em ambos territórios. Numa aproximação

entre o baluarte do Forte de Santo Antônio dos Ratores na ilha de Santa Catarina e o baluarte Oliventino de São Brás, verificamos coincidências nos princípios construtivos e os mesmos objetivos militares. O primeiro projetado e construído engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Pais, primeiro governador da Capitania de Santa Catarina (1739-1745), as suas obras tiveram início em 1740 e, como ela, foi concluída cerca de

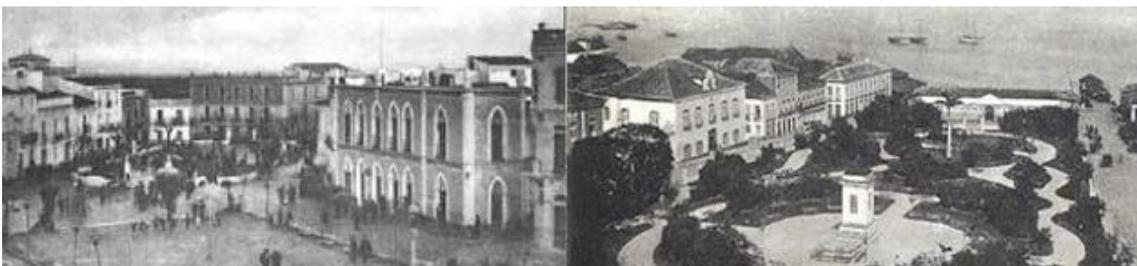
quatro anos após (Cabral, 1976). Contava, nessa ocasião, com doze peças de ferro (cinco de calibre 24, três de 18, três de 12 e uma de 4), e duas de bronze, de calibre 12. Já o Baluarte de São Brás nas muralhas de Olivença apesar de construído anteriormente vai ser inteiramente reformado e reforçado pelo engenheiro João Roiz da Silva. (Figura 4).



**Figura 4.** A esquerda Forte de Santo Antônio dos Ratores na Ilha de Santa Catarina/Brasil e a direita Forte de São Brás Olivença/ Espanha (fonte: esquerda: IHGSC, s.d.; direita: Sanchez Garcia e Limpo Piriz, 1994).

Entre as reformas mais importantes junto ao este sistema abaluartado na metade do século XVIII está a construção de uma cavalaria no baluarte de São João de Deus, a reforma da já existente porta do Calvário junto ao convento de Nossa Senhora da Conceição, a construção da porta de São Francisco e o forte de São João todas estas construções

localizadas no mapa da figura n. Outros vestígios de construções do mesmo período aproximam os dois territórios em estudo. Na tipologia de edifícios públicos ou privados podemos relacionar a principal praça de Olivença com o espaço público similar de Nossa Senhora do Desterro atual Florianópolis nas mesmas datas. (Figura 5).



**Figura 5.** A esquerda centro de Olivença a princípios do Sec.19 a direita centro de N.S. do Desterro atual Florianópolis no mesmo período (fonte: esquerda: Vallecillo Teodoro, 1999; direita: Floripendio, 2010).

O conjunto formado por construções religiosas católicas e fortificações militares na ilha de Santa Catarina pode ser percebida na correspondência do então governador da ilha de Santa Catarina “Manuel Escudeiro de Souza” ao Conselho Ultramarino (órgão da Corte Portuguesa) em 04.03.1751.

A 8 de dezembro passado (1750), dia da imaculada Conceição de Nossa Senhora se benzeu a nova Igreja do

povo da Laguna (Lagoa da Conceição), tomando posse dela seu Pároco, e da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, que interinamente serviu de núcleo, ao muito povo de sua vizinhança, também benzeu neste dia o mesmo Santo; e como pela penúria que existe de artífices e ajudantes se retardaram as outras igrejas da ilha, ordenei que se façam casas pequenas

de pau-a-pique para oratórios. (Pauli, E. 1978, p. 96)

No núcleo central da Ilha de Santa Catarina, Igrejas Católicas e seus edifícios formam conjuntos que muito se assemelham aos também presentes no recinto Oliventino convida-nos a mais uma aproximação entre a fachada ocidental do Convento de Nossa

Senhora da Conceição em Olivença e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário situada no centro da antiga Nossa Senhora do Desterro hoje Florianópolis, ambos objetos arquitetônicos riscados e construídos a meados do século XVIII (Figura 6).



**Figura 6.** A esquerda convento de N.S. da Conceição em Olivença, a direita igreja de N.S. do Rosário em Desterro (fonte: esquerda: Vallecillo Teodoro, 1999; direita: www.velhobruxo.tns.ufsc.br).

## Os Tratados

Os primeiros Tratados Alcanizes 1279 e Alcaçovas 1479 dividiam a península ibérica objetivando a paz entre lusos e castelhanos. Na sequência o Tratado de Tordesilhas resultante da bula Papal “*Inter. Cætera Quæ*” del 13 de marzo de 1455 y “*Æternia Regis Clementia*”<sup>4</sup> del 21 de junio de 1481, concedendo a Ordem de Cristo a jurisdição sobre as terras ultramarinas não pertencentes a nenhuma Dioceses, e ao Padroado Régio Português, todas as terras do novo mundo conquistadas a leste de uma li (7/7/1494), linha esta que até hoje em pleno século XXI ninguém foi capaz de determinar, apresentamos abaixo algumas destas linhas imaginárias..

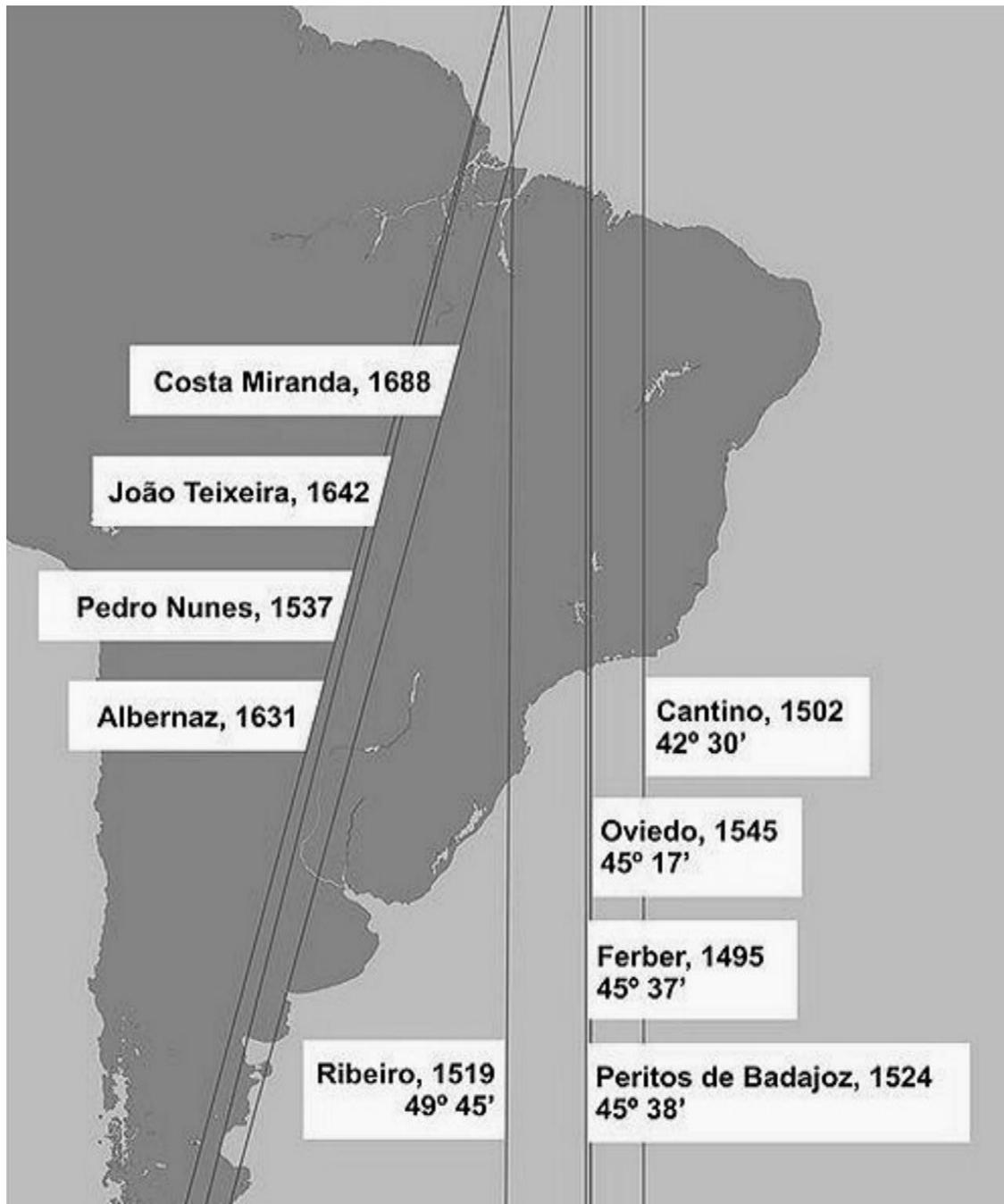
El Tratado de Tordesillas resultó difícilmente aplicable y tanto Castilla como Portugal aspiraron simultáneamente a la posesión del Río de la Plata, que fue descubierto buscando un paso meridional hacia las verdaderas Indias y pronto concitó el interés como vía de penetración hacia las promisorias riquezas de la mítica “Sierra de la Plata”. Sin embargo, esa

plata la localizarán los castellanos que impulsaban la colonización desde el Pacífico y, por otro lado, Portugal también perderá su interés en la región al concentrar sus recursos en zonas comercialmente más rentables. (Albuquerque, 1989, p. 62)

A imprecisão nas várias linhas encontradas contribuiu para seu fracasso (Figura 7).

Após este tratado teremos um período de arrefecimento desta disputa entre ibéricos. Este fato deve-se a união das Coroas (União Ibérica - 1580 a 1645) que teve a importância de consolidar as relações entre lusos e hispânicos. No Atlântico Sul as rotas de comércio de couros, sebo e lã era lusa e a rota da prata extraída das minas de Potosí tinha a primazia dos castelhanos até o final da dita União e o recomeço da disputa e a necessidade de Tratados. Os avanços ora portugueses ora castelhanos sobre o território em disputa eram tão constantes como os recuos. A estratégia de colonizar para consolidar a conquista era empregada por ambos lados. A maioria das cidades contemporâneas localizados neste território tem como seu elemento gerador uma destas

colônias. Assim a cada novo tratado teremos assentamentos, povoados e vilas sendo utilizados como “moeda de troca” na disputa.



**Figura 7.** As várias linhas de Tordesilhas (fonte: Albuquerque, L. 1989).

Objetivando o estabelecimento de fronteiras e a paz seja na península ibérica ou nas terras do sul sempre tendo a Igreja Católica como mediadora teremos na sequência o importante Tratado de Madri, assinado, ratificado e promulgado em 1750. Este Tratado, assinado em 13 de janeiro de 1751 tinha, a princípio, o intuito de substituir Tordesilhas. Tratava praticamente de dividir as terras conquistadas no Novo Mundo,

estabelecendo novas fronteiras e frentes de exploração. A esta assinatura Brasil deve o seu primeiro estabelecimento de limites territoriais. Assim, os reis João V de Portugal e o Castelhana Fernando VI esperavam por fim as disputas de limites entre as colônias sul americanas. Um novo conceito de fronteiras foi introduzido foi aí introduzido por Alexandre de Gusmão, natural da ilha de Santa Catarina. Este tratava a posse efetiva

da terra (uti possidetis) e os acidentes geográficos como limites naturais. A primeira troca territorial se faz neste acordo:

Os Lusos cediam a cobiçada Colônia de Sacramento e junto suas pretensões no estuário do Prata e em contrapartida recebia o território das missões jesuíticas espanholas que hoje fazem parte do atual Estado do Rio Grande do Sul mais partes do atual Estado de Santa Catarina e a região compreendida entre os rios Alto Paraguai, Guaporé, e Madeira de um lado e Tapajós e Tocantins de outro, regiões despovoadas à época e que se incorporam ao território do futuro Brasil. (Goes Filho, 2004, p.286)

Este Tratado de Madri (1750) apesar de revogado já em 1761, marca para alguns um divisor de águas na historiografia de Brasil. Boxer (1969).

Portugal no ano de 1750 alcançou o auge de sua importância no tabuleiro das conquistas coloniais. A diminuição da produção aurífera de Brasil e a morte de D. João V após um reinado de 44 anos iniciam o declínio. Com a ascensão de D. José I se implanta um reinado fiel ao despotismo esclarecido tendo à frente seu primeiro ministro o Marques de Pombal.

O Marques de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), herói para os portugueses e uma figura nefasta para os brasileiros, é o nome do absolutismo em Portugal. (Azevedo, 1912, p. 96)

Elogiado por Portugueses que reconheciam as vantagens no acordo e abominado por Espanhóis que acreditavam ter cedido muito, o Tratado de Madri cai em 1761 substituído pelo Tratado de El Pardo. Neste todas as disposições do anterior tratado são anuladas voltando os conflitos as fronteiras. Na prática, a colônia de Sete Povos jamais foi ocupada por portugueses que não convenceram nem venceram a resistência do exército guarani missioneiro, uma formação de guerreiros guaranis comandados por religiosos jesuítas. Em contrapartida os portugueses também resistiram a entregar a Colônia de Sacramento. Assim o Tratado de El Pardo se condiciona a somente anular o Tratado de 1750 propondo o retorno a situação que vigorava anterior a esta data como descrito no seu artigo II:

[...] declarando-lhes que desde o mesmo dia da ratificação do presente tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem os outros tratados, pactos e convenções que haviam sido estipulados entre as duas Coroas antes do referido ano de 1750; porque todos e todas se acham instaurados e restituídos à sua primitiva e devida força como se o referido tratado de 13 de janeiro de 1750 com os mais que dele se seguiram nunca houvessem existido... (LNCC, s.d., s.p.)

Um novo episódio bélico agravaria a fragilidade das relações fronteiriças entre as duas coroas ibéricas, a invasão da ilha de Santa Catarina por Espanhóis.

A Coroa Portuguesa que já previa este grande conflito armado na costa sul do Brasil preparou, por ordem do Marques de Pombal, a defesa da ilha com a construção de novas fortalezas, instalou 143 novos canhões, aumentou o efetivo militar e mandou para aí oficiais estrategistas de seu melhor quadro. Todas estas medidas foram insuficientes para impedir a vitória da grande armada espanhola que chega com 6.000 marinheiros e 9.000 soldados. Capituladas as tropas portuguesas, empreendem fuga em direção ao Rio de Janeiro. A ilha é entregue em fevereiro de 1777 a D. Pedro Cevallos comandante da invasão.

O objetivo de adonar-se definitivamente se reflete no número de artesãos, religiosos e funcionários públicos que acompanhavam a expedição e que foram distribuídos por todos os núcleos da ilha. Somente em 1801, após muitas idas e vindas e muitos tratados é que vai cessar definitivamente a influência espanhola sobre este território. A importância desta invasão para Espanha é posta de manifesto na Carta do Conde de Aranda de 1777 para Carlos III:

No se puede negar que la isla de Santa Catalina es la llave de aquellos mares, pues quien se abrigue en ella será dueño de Buenos Aires (...) Es innegable que con ella y Montevideo habrá cubierto el Rey todo el Rio de la Plata, las Islas Malvinas (y) del Mar del Sur; tendrá descanso y recurso para la navegación de Filipinas, y podrá abrir una pesca que promete, quitando a toda suerte de enemigos el hincapié

de sus intenciones y el abrigo de su comercio ilícito. Que reflexione, pues, cualquiera, cual parte de América llenaría más objetos con menos puestos. Conde de Aranda a Floridablanca. París, 22/06/1777. (Goes Filho, 2004, p. 287)

Olivença, neste período, esperará mais alguns anos para testar seus aparatos de defesa contra os desejos expansionistas espanhóis. A espera terminará com a invasão de Portugal por parte de Espanhóis e Franceses. Em 20 de maio de 1801 tropas espanholas comandadas por Manuel de Godoy, no episódio conhecido por guerra das laranjas, invade a portuguesa Olivença. A exemplo da Ilha de Santa Catarina, Olivença também não ofereceu resistência já que seu governador Júlio Cesar Augusto Chermont deu ordens de rendição.

A solução para o episódio da ilha de Santa Catarina caminha rápido através do Tratado de Santo Ildefonso.

O Tratado Preliminar de Paz e Limites, assinado em Santo Ildefonso, se propunha a retomar a discussão de limites e fronteiras entre as coroas ibéricas. Porém, numa visão mais ampliada se propunha a finalizar definitivamente os conflitos que já duravam três séculos, seja na América na Ásia ou na própria Europa. Uma meta tão ambiciosa claramente não foi atingida.

O princípio demarcatório deveria ter como referência os acidentes geográficos. No caso específico da América Meridional foi formada uma comissão composta de dois comissários, dois geógrafos e dois ajudantes de cada parte. O território a ser discutido foi dividido em quatro parcelas a cada lado, sendo, portanto, oito comissões.

Em suas conclusões o Tratado de Santo Ildefonso demarca novos limites ao sul da América, mas mantém basicamente as fronteiras estabelecidas no Tratado de Madri. Porém, o que mais interessa a este artigo é a devolução à Portugal da Ilha de Santa Catarina.

Não agradando principalmente aos espanhóis, a manifestação do conde de Floridablanca em carta ao rei Carlos III de Espanha já tem um tom de justificativa:

[...] nos han vituperado de haber abandonado la ciudad de Rio Grande

con la laguna de los Patos y devuelto la isla de Santa Catalina... [mas] extender nuestras posesiones en el Brasil, como parecen desearlo algunas personas, en virtud de la famosa división de Alejandro VI, es un proyecto de ejecución imposible, y, lo que es más, contrario a los compromisos anteriores. Además, admitiendo este principio tendríamos que ceder a los portugueses las islas Filipinas, puesto que les pertenecen según la demarcación hecha por este pontífice. (Goes Filho, 2004, p. 287)

Mesmo num clima de pouco conformismo o tratado será firmado pelos ministros indicados, o conde de Floridablanca de Espanha e, por parte de Portugal, o embaixador Francisco Inocêncio de Souza Sobrinho em 1ª de outubro de 1777.

Como se poderia prever ainda não foi neste acordo que a paz imperou entre os ibéricos e suas frágeis fronteiras. Em 1801 o conflito volta a atingir a península, é a vez de Olivença ser amputada à Portugal. Ao sul do Brasil os luso-brasileiros avançam sobre as missões jesuíticas espanholas. O tratado de paz que se segue o “Tratado de Paz de Badajoz” (1801) não ratifica os limites anteriores ou seja o “status quo ante bellum” e por isto até os dias de hoje o território dos “sete povos das missões” é brasileiro (sucedâneo do Império Colonial Português) e Olivença tornou-se definitivamente espanhola.

Assim Olivença que foi reconhecida oficialmente portuguesa em 1297 através do Tratado de Alcanizes, troca muitas vezes de mãos até ser incorporada definitivamente a Espanha através do Tratado de Badajoz de 1801. Os portugueses vão denunciar este tratado em 1808 e em 1815. Espanha subscreve o Congresso de Viena que entre setembro de 1814 e junho de 1815 redesenha o mapa político europeu após a derrota da França Napoleônica. Nesta assinatura Espanha reconhece a soberania portuguesa sobre Olivença e se compromete com sua devolução o que não ocorreu até os dias atuais.

### Conclusões

Finalmente, mesmo diante da dificuldade de explicitar em um artigo a abrangência de uma investigação em curso, apresentamos a ideia

de se buscar sobre o território da cidade de Florianópolis, Ilha de Santa Catarina, bem como em Olivença região do rio Guadiana em Espanha, marcas da disputa entre lusos e castelhanos para estabelecer fronteiras ibéricas e pelo controle da costa sul atlântica meridional da América.

Acreditando que as presenças formais sobre o território complementam com propriedade o material encontrado em fontes primárias e bibliografias, mergulhamos num estudo profundo para compreender através destes vestígios os territórios estudados.

A rica bibliografia existente sobre estes conflitos vai aos poucos descortinando o significado das presenças formais e colocando as questões fronteiriças como um divisor de águas na evolução urbana de ambos territórios.

As relações entre Olivença e Brasil são muito fortes. Além desta cidade ibérica guardar os restos mortais do oliventino frei Henrique de Coimbra, celebrante da primeira missa no Brasil, daí também provêm algumas famílias tradicionais da cidade de Florianópolis, os Gama por exemplo.

O processo de urbanização demonstra que os dois territórios apesar de seguirem destinos diversos no curso da história refletidos em novas morfologias que foram se acrescentando, por um momento em sua trajetória estiveram intrinsecamente conectados através das posturas defensivas contra um inimigo comum.

Os laços afetivos que unem a ilha de Santa Catarina ao mundo luso ratificam o sentimento que cresce na medida que se aprofunda esta investigação, Olivença é portuguesa com certeza.

## Notas

<sup>1</sup> Aparentemente as tropas reais de Afonso IX, de Castela, associados a Ordem dos Templários aí se assentaram em meados do século XIII em função dos avanços e retrocessos da fronteira hispano-muçulmana. A documentação histórica presente no arquivo da Catedral de Badajoz não deixa dúvidas quanto a origem Templário da aldeia de Olivença.

<sup>2</sup> La historia de España, desde luego, no se puede escribir sin la de América. Como no se puede escribir la historia de Portugal sin la de Brasil. Especialmente durante la tormenta napoleónica, las claves de la política exterior, tanto de España como de Portugal, están en América. Ora eso tan absurdo es que le reprochemos a Godoy su servil alianza con Francia, como reprocharle a Portugal su servilismo ante Inglaterra. Inglaterra era la única potencia que podía garantizar a Portugal el eje vital de sus comunicaciones atlánticas. Y Francia, por su parte, era la única potencia que

podía garantizar a España la integridad de su imperio. La disyuntiva para Portugal y España era la misma “escoger entre dos azotes”. América, por lo tanto, explica Europa. De la misma manera que Europa explica América. (Ruiz 2007).

<sup>3</sup> É importante lembrar que até o século XVIII o nome Espanha (derivativo do Império Romano Hispania) era designativo de toda a península Ibérica que se compunha de uma série de reinos, a Espanha como país só será unificada durante o período iluminista, sendo que em 1812 se adota o nome As Espanhas, e em 1876 pela primeira vez o nome Espanha. Até então os reinos que compunham a península ibérica eram jurídica e politicamente independentes sob uma mesma monarquia, a associação entre os mesmos se dava por herança, união dinástica ou por conquista, forma de governo conhecida como *aeque principaliter*.

## Referências

Acruche, H. F. (2014) Entre a lei e a prática: comércio de escravos e soberania dos Estados ibéricos no Rio da Prata colonial. *Angelus Novus*, V(7), p. 67-88. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/97816>. [Consultado em: 24 de junho de 2020].

Albuquerque, L. (1989) *Tratado de Tordesilhas e outros documentos*. Lisboa, Publicações Alfa.

Azevedo, J. L. (1912) *O Marques de Pombal e sua época*. Porto, Renascença Portuguesa.

Boxer, C. R. (1969) *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

Cabral, O. R. (1972) *As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-colônia*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.

- Ceballos, R. (2008) *Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (1580-1560)*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, Brasil.
- Floripendio (2010) *Florianópolis Antigo*. Disponível em: <http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>. [Consultado em: 24 de junho de 2020].
- Goes Filho, S.S. *Fronteras Gauchas: diplomacia e poder* (2004) *Encuentros: Revista luso espanhola de investigadores em Ciências Humanas y Sociales*. Olivença, 4, 43.
- Matos Sequeira, G. A. e Rocha Junior (1924) *Olivença*. Lisboa, Portugalia.
- Pauli, E. (1978) *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis, Edeme.
- Pizarro Gomez, F. J. (coord.) (2005) *Paisajes Urbanos de Extremadura 2*. Mérida, Junta de Extremadura.
- Marques, J. (1996) A influência das bulas papais na documentação medieval portuguesa. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 13, 25-62.
- Ribeiro, D. (1999) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras.
- Ruiz, J. M., Ruiz e J. P., Bilbao, F.S. (2007) *Estado y territorio em Espana, 1820-1930: La formacion del paisaje nacional*. Madrid, Los Libros de la Catarata.
- Sanchez Garcia, R. M. e Limpo Piriz, L. A. (1994) *El enclave de Olivenza y sus murallas (1230-1640)*. Cáceres, Universidad de Extremadura-Ayuntamiento de Olivenza.
- Santos, M., Souza, M. A. e Silveira, M. L. (1994) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec.
- Soja, E. (1993) *Geografías pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vallecilo Teodoro, M.A. (1999) *Olivenza en su historia*. Badajoz, edición del autor.
- Laboratório Nacional de Computação Científica (s.d.) *Tratado anulatório – Pardo*. Disponível em: <http://www.info.incc.br/pardo.html>. [Consultado em: 26 junho 2019].
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (s.d.) *Fototeca*. Disponível em: <https://www.ihgsc.org/fototeca>. [Consultado em: 26 junho 2019].

### Tradução do título, resumo e palavras-chave

*Border issues: Florianópolis and Olivença, two sides of the same coin*

**Abstract.** *To identify in the cities of Olivenza (Spain) and in the city of Florianópolis (Brazil), marks of the dispute between Portuguese and Castilians to mark Iberian borders or for the control of America's southern Atlantic south coast is the first objective of this article. These cities will be bargaining chips in Treaties in one of the many attempts to resolve these conflicts. The urban defense structures built in both spaces in the middle of the XVIII century marked the territory. The intended reconstruction seeks in the current urban space of Florianópolis and Olivença the signs that denounce the struggle between Iberians in the urge to satisfy their needs and desires. The Portuguese borders most threatened by invasions, in this period, are the southern border of the colony Brazil and the southeastern Iberian border on the bank of the River Guadiana. The enemy was the same in both cases: the Castilians. Thus, in the first half of the 18th century, military reinforcement in these two frontiers, which were so physically distant, yet so close in their vulnerability, was a constant. To state that Santa Catarina Island and the Iberian region where Olivença is located have no physical, geographical or social resemblance is to state the obvious. But we can reflect on the materiality arising from historical episodes.*

**Keywords.** *borders, defensive architecture, territory, urban evolution*

Editores responsáveis pela submissão: Júlio Celso Borello Vargas.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

